



CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA
Gabinete Vereador Marcos Aurélio Bezerra Gomes

REQUERIMENTO Nº / 2013

5560

Requer o registro nos Anais desta Augusta Casa Legislativa, artigo do jornalista Plínio Bortolotti, intitulado "Enganômetro".

EXMº SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA:

O Vereador abaixo assinado, do PSC – Partido Social Cristão, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental requer de V. Exª, após ouvido o Plenário, seja registrado nos Anais desta Augusta Casa Legislativa, artigo do jornalista Plínio Bortolotti, publicado no Jornal O Povo edição de 12 de dezembro de 2013 intitulado "Enganômetro".

No referido artigo, o autor mostra que o impostômetro, criado pela Associação Comercial de São Paulo para contabilizar os tributos arrecadados pela União, estados e municípios, sendo um mote de queixas ao Brasil por se pagar muitos impostos. Porém a alta carga tributária cobrada é apenas uma parte da história sendo que a maior parte dos impostos é paga pelos mais pobres. Portanto para se ter um debate honesto, deve-se passar por uma reforma tributária justa e pela forma como esses recursos são gastos pelos governos.

Requer ainda, seja dado conhecimento do inteiro teor deste requerimento para:

Jornalista Plínio Bortolotti
Av. Aguanambi, 282, Joaquim Távora
CEP – 60055 – 402 Fortaleza - CE

DEPARTAMENTO LEGISLATIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA, EM 12 DE DEZEMBRO DE 2013.

Marcos Aurélio Bezerra Gomes
Vereador - PSC

DEPTO. LEGISLATIVO
RECEBIDO

RUA DR. THOMPSON BULCÃO, 830, GABINETE 10 ENGº LUCIANO CAVALCANTE
CEP.: 60.810-460 FORTALEZA-CE FONE.: 85 34448362

12 DEZ. 2013

11:30
h. Nº de fls. **01**
Koulli
Servidor

Enganômetro

Os jornais dizem de novo: quando o "impostômetro" bater o caso de um trilhão de reais, faltando 35 dias para o ano acabar. Neste momento em que escrevo, quarta-feira, o valor já ultrapassou a marca de 1,5 trilhão de reais. O impostômetro, iniciativa da Associação Comercial de São Paulo, contabiliza os tributos arrecadados pela União, estados e municípios - e pode ser acompanhado na internet.

O impostômetro é o mote para a queixa que no Brasil se paga muito imposto, uma carga tributária de 35% do Produto Interno Bruto (PIB). É fato que percentual pode ser considerado alto a se levar em conta a precariedade dos serviços públicos, que obriga a setores da classe média, mesmo de seus estratos mais baixos, a recorrerem ao serviço particular (pago) para suprir as deficiências da saúde, educação e segurança, entre outros, cuja qualidade deveria ser garantida pelo Estado.

(Existe ainda a distorção de se destinar quase a metade do orçamento público para o pagamento de juros e amortização da dívida pública, enquanto que a educação fica com 3,5% e a saúde com 4%, mas essa é outra história.)

Porém, a lamúria sobre a suposta alta carga tributária conta apenas uma parte da história, a menos importante dela. O que se tem de dizer com mais intensidade é que os maiores pagadores de imposto no Brasil são os pobres, via a taxação do consumo. Se a cobrança incidisse sobre quem mais pode pagar - se recaísse sobre a renda -, o percentual não pareceria tão alto. No Brasil, a carga tributária funciona com um Robin Hood às avessas, pune os pobres e alivia o lado dos mais ricos.

Talvez, você, pessoa comum, ficasse injuriado se soubesse que a sua carga de imposto é maior do que a dos super-ricos brasileiros. E ficaria indignado se descobrisse que os bancos pagam menos imposto de renda do que os cidadãos contribuintes.

Por isso, um debate honesto sobre impostos deve passar pela reforma no sistema ar-recadatório e pela forma como esses recursos são aplicados pelos governos.